

## Senado inclui espanhol no currículo do ensino médio

Ao aprovar o projeto, que agora será apreciado pela Câmara dos Deputados, senadores dizem que decisão facilitará a integração cultural, econômica e social do Brasil com os países vizinhos da América do Sul



O Senado aprovou projeto de lei que torna o estudo do espanhol obrigatório nos estabelecimentos de ensino médio e facultativo nas turmas de 5ª a 8ª séries do nível fundamental. Para os senadores, a decisão permitirá que se aprofunde o processo de integração em curso entre o Brasil e outros países da América do Sul. Como a matéria foi aprovada com emendas, voltará a ser examinada pela Câmara.

PÁGINA 3

**PPA é  
tema de  
debate em  
plenário**

PÁGINAS 4 E 5

Na sessão de ontem do Congresso, os deputados federais e senadores apreciaram vetos totais ou parciais a 21 projetos

## Congresso mantém vetos em projeto que regula licitações

Reunido ontem pela manhã, o Congresso Nacional decidiu manter os vetos totais e parciais do presidente Fernando Henrique Cardoso a 21 projetos de lei.

Dois deles são projetos de conversão de medidas provisórias: o que institui normas para licitações e o que estabelece regras para outorga de concessões e permissões de serviços públicos.

PÁGINA 3



A proposta aprovada pela CCJ, de autoria do senador Jefferson Péres, permite que seja quebrado o sigilo bancário, telefônico e fiscal

## EMENDA PERMITE QUE CPI QUEBRE SIGILO DE PESSOAS INVESTIGADAS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou proposta de emenda constitucional que permite às CPIs quebrarem o sigilo e determinarem a busca de documentos em poder de pessoas investigadas.

PÁGINA 6

## Projeto em exame beneficia aluno de escola pública

O plenário do Senado vota hoje projeto que garante aos estudantes que cursarem os ensinamentos fundamentais e médio integralmente na escola pública o direito de disputar, exclusivamente entre eles, 50% das vagas para ingresso nas universidades públicas do país. O projeto havia sido aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, que seguiu o parecer do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES). Mas, por força de recurso apresentado por dez senadores, a matéria foi submetida à apreciação do exame do plenário da Casa.

Na mesma sessão, será votado projeto disciplinando o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas. O parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, foi favorável, com uma emenda de redação.

### Simon dá entrevista

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) concede entrevista coletiva hoje, às 15h, na sala da Comissão de Educação, localizada na Ala Alexandre Costa.

### Estoques de combustíveis podem ter mais segurança

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), vota hoje, às 9h30, projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança — supressores de explosão — em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.

Outro projeto na pauta de votação é o do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe às empresas concessionárias do serviço tornar disponíveis os telefones de prefixo 0900 “sem expressa autorização do assinante”.

A CI examinará ainda projeto de lei que obriga as empresas distribuidoras de gás a lacrar os botijões e requalificá-los. Outra proposta, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), inclui o Porto da Barra do Riacho (ES) na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres no Plano Nacional de Viação.



Acompanhado dos deputados Givaldo Carimbão (E) e Luíza Erundina, Ronaldo Lessa expôs a ACM a situação de Alagoas

# Governador pede a ACM que ajude Alagoas a enfrentar crise

Ronaldo Lessa sai da audiência satisfeito com a disposição do presidente do Senado de resolver problemas do Nordeste

Em audiência com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ontem, o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), pediu apoio para que o estado possa superar as dificuldades que vem enfrentando atualmente. Ao final da reunião, acompanhado pela deputada federal Luíza Erundina (PSB-SP), o governador afirmou que percebeu em Antonio Carlos disposição em ajudar a população alagoana.

— A audiência foi muito boa. Senti uma absoluta sintonia do presidente

do Senado em tentar resolver os problemas do Nordeste. Ele já havia demonstrado apoio aos governadores quando declarou ser favorável ao reexame do pagamento da dívida dos estados — comentou Lessa.

Referindo-se às dificuldades que Alagoas enfrenta, o governador informou que recebeu o estado em uma situação tão desfavorável que ainda não conseguiu concluir o pagamento da folha do funcionalismo referente ao mês de julho. Ele quer que o governo federal ajude de alguma for-

ma, possibilitando ao estado, pelo menos a médio prazo, voltar a se desenvolver normalmente.

Para a deputada Luíza Erundina, Alagoas é um “caso emblemático” que precisa receber um tratamento diferenciado do governo federal. Ela falou que a situação do estado é a mais grave de todo o Brasil. “O presidente Antonio Carlos foi muito sensível, compreendeu isso e acho que conseguimos tê-lo como aliado na solução dos problemas do povo alagoano”, concluiu.

## Ministro francês apóia integração com a CEE

O ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Hubert Védrine, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O ministro aproveitou a visita de cortesia para se informar sobre alguns detalhes da reforma política brasileira que está tramitando no Congresso. O presidente do Senado destacou a contribuição do Congresso Nacional para a superação dos problemas brasileiros.

Hubert Védrine comentou a possibilidade de integração entre o Mercosul e a Comunidade Econômica Européia. Para o ministro, o intercâmbio entre os dois blocos econômicos será mais fácil do que as negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio.



Antonio Carlos cumprimenta o ministro dos Negócios Estrangeiros da França

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 1999

Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado  
▶ 12h - Preside sessão do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 23, que trata do Ministério da Defesa. *Plenário do Senado*

### PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 47/98, que dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929/56, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas; \*PLS nº 298/99, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino; \*PDL nº 118/99, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia; \*PDL nº 120/99, que aprova o texto da Emenda ao Estatuto de Comissão Latino-Americana de Aviação Civil; \*Requerimento nº 429/99, do senador Ernandes Amorim, solicitando a retirada do PLS nº 413/99, de sua autoria; e \*Requerimento nº 433/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 453/99 com os PLS nºs 63, 97 e 159/99, por versarem sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas.

### COMISSÕES

▶ 9h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

\*PLN nº 11/99, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 187,5 milhões, para os fins que especifica; e \*PLN nº 12/99, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito especial até o limite de R\$ 1,1 milhão, para os fins que especifica. *Plenário nº 13 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

▶ 9h30 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: \*PLS nº 402/99, que inclui o Porto Barra do Riacho, no Espírito Santo, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres no Plano Nacional de Viação; \*PLS nº 473/99, que dispõe sobre o uso do serviço 0900; \*PLS nº 123/99, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos; e \*PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeitos de petróleo ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Turno suplementar de discussão do substitutivo oferecido pela CAE ao \*PLS nº 255/97, fixa o prazo para restituição do IR; \*PLS nº 12/99, que transfere os recursos previstos no art. 159, I, c, da Constituição para a gestão do Banco de Brasília; \*PR nº 79/99, que concede, excepcionalmente, autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal destinado a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; e \*PLS nº 32/96, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 14h - Comissão Mista sobre Erradicação da Pobreza  
Pauta: Exposição institucional de técnicos do Ipea Convidados: Roberto Borges Martins, presidente do Ipea; Ricardo Paes de Barros, diretor de Políticas Sociais; Ricardo Henriques; Marcelo Neri; Laura Ramos; Lena Lavinas; e Ana Lobato. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Espanhol poderá ser obrigatório no ensino médio

Senado aprova com emendas projeto que determina o estudo dessa língua nos currículos plenos do ensino médio. Implantação nas escolas será gradativa e contribuirá para a integração dos países da América do Sul

O Senado decidiu ontem tornar obrigatório o estudo do espanhol nos estabelecimentos de ensino médio do Brasil. Aprovando o projeto, que ainda retornará à Câmara, o plenário determinou que o ensino dessa língua será implantado gradativamente, no prazo de cinco anos, nos currículos plenos do ensino médio. Emenda da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) facultou a inclusão desse estudo no ensino da 5ª à 8ª séries do nível fundamental.

Também ficou decidido que os conselhos de Educação dos estados e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias ao estudo dessa língua, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade da Federação. Quanto à União, deverá, no âmbito da política nacional de educação, estimular e apoiar os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal na execução desta lei.

Em defesa do projeto, Emilia Fernandes disse que é cada vez maior a necessidade de colocarmos a sociedade brasileira em consonância com o mundo. Ela lembrou que a educação e a cultura aproximam os povos, e que o Brasil precisa ousar nessa área. "O Brasil precisa olhar na direção da qualificação e do preparo não só da sociedade, mas dos que ministram a educação no nosso país", pregou a parlamentar.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que a importância do espanhol no mundo aumenta e que a integração comercial com os países signatários do Mercosul é relevante

para os brasileiros, sob os mais diferentes aspectos. "Somos nações com o mesmo perfil econômico e de desenvolvimento, e o espanhol vai servir para fortalecer esses laços", afirmou. Ele observou que, falando apenas o português, a integração brasileira com os países da América do Sul é muito escassa.

A senadora Marina Silva (PT-AC) apontou as armadilhas propiciadas pelo espanhol para quem não sabe falar a língua, e justificou a aprovação da matéria dos pontos de vista cultural, social e econômico. Também argumentou sobre a importância de as crianças brasileiras já poderem estudar o espanhol no ensino fundamental.

"É chegada a hora de mostrarmos com muita firmeza o quanto esse projeto é importante para nós brasileiros, para as pessoas que se preparam para enfrentar o mundo globalizado no terceiro milênio", alertou o senador José Fogaça (PMDB-RS), ao defender a matéria. Em sua opinião, há uma viabilidade indesejável na aplicação dessa disciplina nas escolas brasileiras e será muito bom ver esse assunto definitivamente aprovado.

Os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e Pedro Simon (PMDB-RS) também declararam seu apoio ao projeto, mostrando o quanto o espanhol é falado no mundo e como isso é importante para a integração dos brasileiros. Hugo Napoleão lembrou inclusive que essa língua é vastamente falada nos Estados Unidos.



Emilia: educação e cultura aproximam os povos e o Brasil precisa ousar nessa área

## Aprovado empréstimo para combater incêndio na Amazônia

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 15 milhões, junto ao Banco Mundial, para aplicar no Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia (Proarco). A matéria ainda vai ser promulgada.

A senadora Marina Silva (PT-AC) classificou a medida como altamente oportuna, embora reconhecendo que a matéria esteja sendo aprovada com atraso. Ela disse que aplicar recursos num projeto para evitar queimadas na Amazônia já era emergencial em 1998, quando milhares de hectares de floresta foram destruídos em Roraima.

Também avisou que, este ano, na Bolívia e em Rondônia já começaram a surgir focos de incêndios. "O certo é que, no caso brasileiro, esse empréstimo já não poderá ser utilizado em 1999, visto que o prejuízo na região já está ocorrendo", explicou Marina Silva.

A senadora explicou que, além de propiciar uma ação preventiva, esse projeto de controle de incêndios foi discutido com organizações da sociedade civil, entre elas, entidades sindicais, cooperativas e comunidades.

## Senado disciplina estágios

O Senado aprovou ontem projeto que acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispositivos para disciplinar os estágios dos estudantes. Foi determinado que os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem. A matéria, oriunda da Câmara dos Deputados, recebeu alterações no Senado e, por isso, retorna àquela Casa para nova apreciação.

Foi decidido também que os programas de estágio devem ser planejados, executados, acompanhados e avaliados de acordo com os currículos, programas e calendários escolares.

### ACORDOS

Na mesma sessão, foram aprovados dois acordos celebrados pelo Brasil com outros países – um Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 1997 com o governo da Jamaica, e um Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, celebrado em 1996 com a França.

Além disso, o plenário aprovou ato renovando concessão outorgada à Rádio Televisão Vanguarda para explorar serviço de televisão na cidade de Cornélio Procopio (PR).

## Vai a promulgação emenda que ajusta Ministério da Defesa à Constituição

O Congresso Nacional realiza sessão solene hoje, às 12h, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, para promulgação, pelas Mesas do Senado e da Câmara, da emenda que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa e a transformação dos ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica em comandos. A proposta de emenda constitucional, de iniciativa do Executivo, foi aprovada ontem pelo plenário do Senado, em segundo e último turno.

Com essa decisão, fica estabelecido que o cargo de ministro da Defesa só poderá ser ocupado por brasileiro nato e que o Conselho de Defesa Nacional incluirá, além do ministro, os comandantes das forças singulares. A emenda também inclui, na esfera privativa do Senado, competência para processar e julgar os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica. Isso quando lhes for atribuída a autoria de crime de responsabilidade, conexos com crimes da mesma natureza acaso praticados pelo

presidente ou pelo vice-presidente da República.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apontou a decisão do plenário como um momento da maior importância para o Brasil. Para ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe agiram com a maior competência nos entendimentos para a criação desse ministério. "Temos agora aquilo que existe em todos os países modernos, e temos, nesse conjunto, alguém que representa muito bem os comandos militares – o Elcio Alvarés", afirmou Simon, referindo-se ao ex-senador pelo Espírito Santo, titular do ministério recém-criado.

Em sua opinião, o ministro da Defesa reúne todas as condições para desempenhar a missão de fazer o entrosamento entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Simon celebrou o fato de que, discutido durante muito tempo como um delicado assunto político, o Ministério da Defesa foi criado com uma conotação absolutamente técnica.

## Congresso mantém veto a 21 projetos

O Congresso Nacional, reunido ontem sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, decidiu manter vetos totais e parciais a 21 projetos. Dois deles são projetos de lei de conversão de medidas provisórias: o que institui normas para licitações e o que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

Senadores e deputados votaram em uma cédula única contendo as ementas

dos projetos e respectivos vetos. A apuração do resultado foi feita posteriormente pelo Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado).

A pauta original previa a votação dos vetos presidenciais a 31 projetos de lei, mas acordo entre as lideranças partidárias retirou dez deles da sessão de ontem, pela inexistência de consenso quanto às matérias. Além dos dez, há outros vetos polêmicos a serem avaliados pelo Congresso, para os quais Antonio Carlos Magalhães comunicou que convocará uma sessão exclusiva, em que a



A pauta original do Congresso previa a votação dos vetos presidenciais a 31 projetos, mas dez deles foram retirados

disputa se dará voto a voto.

Entre os dez projetos retirados da pauta, destacam-se alguns totalmente vetados, como os que dispõem sobre a Política Nacional de Saneamento, sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo e sobre o exercício das profissões de enfermagem e desenhista. Também foram retirados da pauta projetos de lei a que o presidente da República após vetos parciais, como o que reorganiza as classes da carreira da Polícia Federal, o que estabelece um salário mínimo para médicos e cirurgiões-dentistas, o que concede anis-

tia a multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e o que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecendo normas gerais para sua organização nos estados.

Dos 21 projetos de lei submetidos a votação, 12 sofreram veto total, sete deles referentes a direitos trabalhistas e profissionais, como, por exemplo, o que estabelece uma política nacional de salários, o que dispõe sobre a liberdade sindical e o que assegura adicional de periculosidade a eletricitistas.

Entre os projetos restantes, vetados parcialmente, destacam-se o que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos; a descentralização dos serviços de transporte ferroviário coletivo de passageiros, urbano e suburbano, da União para estados e municípios; instituição de normas para licitações; remuneração de cargos em comissão; normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.



## Malan diz a senadores que governo não muda política econômica

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que o governo não mudará os rumos da política econômica e manterá a meta de promover crescimento com equilíbrio, fazendo o ajuste fiscal. No jantar que reuniu o ministro e os senadores, realizado na noite de terça-feira, na residência do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), Malan acertou com o governador do Rio, Anthony Garotinho, a redução da metade da dívida do estado em troca do pagamento antecipado de royalties do petróleo, mas foi contra o projeto de José Alencar (PMDB-MG), que reduz dos atuais 13% para 5% o percentual de comprometimento da receita líquida dos estados para pagamento do serviço da dívida.

Participaram também do jantar o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e a bancada do PDT, devido à presença do governador do Rio. O relato sobre a conversa entre o ministro e os senadores foi feito à Agência Senado por Pedro Simon (PMDB-RS), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Emilia Fernandes (PDT-RS), Jefferson Péres (PDT-AM) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O encontro começou às 21 horas e prolongou-se até as 2 horas da madrugada.

— A impressão que ficou foi de que nada mudará na política econômica do governo até o final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Eles, do governo, estão certos de que isso vai produzir um resultado positivo. E nós, da oposição, estamos convencidos de que o resultado não será positivo — disse Roberto Saturnino.

De acordo com Saturnino, o maior ganho da reunião foi o acordo entre Malan e Garotinho. Ficou acertado que o Rio antecipará a receita obtida com royalties do petróleo como pagamento de ativos transferidos para a União. Essa medida reduzirá pela metade a dívida total do estado, calculada atualmente em R\$ 20 bilhões. O restante, acrescentou Saturnino, poderá ser refinanciado, em moldes que ainda estão sendo acertados pelo governo do Rio com a área econômica.

Quanto à proposta de reduzir dos atuais 13% para 5% o total de comprometimento da receita líquida dos estados com pagamento de juros e amortizações, Pedro Malan manifestou-se contra. Segundo o ministro, a proposta só seria viável se o Senado apresentasse uma alternativa para aumentar a fonte de receita da União e cobrir essa diferença, como, por exemplo, o aumento de impostos. Disse ainda, segundo os senado-



Ney Suassuna ofereceu jantar durante o qual Malan acertou renegociação da dívida do Rio

res, que essa proposta inviabilizaria os ganhos obtidos com as reformas constitucionais, principalmente a da Previdência Social.

Segundo relato de Pedro Simon, antes de Malan falar sobre a proposta, Ney Suassuna disse que era importante o ministro entender que há um movimento forte por parte dos governadores nesse sentido, e que muitos apóiam a redução do percentual de 13%, que é exigência da Resolução nº 78 do Senado, que trata da dívida dos estados.

Os senadores informaram que o ministro esteve bastante cordial e acessível e que todos puderam fazer perguntas e intervenções sem limite de tempo. Em resposta a uma indagação de Ramez Tebet (PMDB-MS), e em defesa de um crescimento equilibrado e com ajuste fiscal, Malan afirmou, segundo relato de Lúcio Alcântara, que se a opção fosse fazer uma “bolha de crescimento econômico”, que durasse um ou dois anos, não seria com ele e sim com “um fazedor de bolhas”.

O senador Pedro Simon contou que o fato mais “pitoresco” da reunião foi quando o governador do Rio, após ouvir várias afirmativas de Malan, lembrou ao ministro que o cargo titular da Fazenda é de confiança e, portanto, transitório.

Sempre aparentando otimismo, Pedro Malan disse que acredita na conclusão do ajuste fiscal no país.

— Eu manifestei ao ministro meu temor de que, sem a conclusão do ajuste fiscal e sem a adoção pelo governo de uma meta de crescimento, poderá haver graves consequências, como o aumento da inflação. Mas ele se manifestou otimista, como não podia deixar de ser. Ele tem que se mostrar otimista — afirmou Jefferson Péres.

**Ministro afirmou ser contra a redução do percentual da receita dos estados destinado ao pagamento da dívida**

## ACM defende maior equilíbrio entre regiões

Senador reclama de tratamento concedido à região Nordeste e vê como um “dever de cidadania” defesa de federação menos desigual

“A região Nordeste tem sido maltratada ao longo do tempo e consequentemente tem que fazer valer seu valor como bancada e estados.” Com essa declaração, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que os parlamentares da região tentarão melhorar a participação do Nordeste na distribuição de receitas do Plano Plurianual (PPA), enviado pelo presidente da República para apreciação pelo Congresso Nacional.

Antonio Carlos entende que contribuir para um “melhor equilíbrio entre as regiões do país é até um dever de cidadania”. O senador confirmou que pretende destinar “três ou quatro sessões do Congresso para debater o PPA”, como forma de acelerar sua tramitação. Em resposta a pedido do líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP), o senador informou que as

sessões extraordinárias, não deliberativas, serão convocadas com a finalidade específica de discutir o Plano Plurianual. “Depois desses debates, marcaremos a discussão e votação oficial”, acrescentou.

O presidente do Congresso também reafirmou sua intenção de “tentar limpar a pauta de apreciação dos vetos e MPs durante o mês de setembro”.

## Senador recebe governador Garibaldi Alves

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, que estava acompanhado do senador Agnelo Alves (PMDB-RN). Segundo o governador, ele aproveitou a oportunidade para trocar “idéias com o senador Antonio Carlos a respeito do tratamento da região nordestina dentro do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), lançado na terça-feira pelo presidente Fernando Henrique Cardoso”.



Antonio Carlos conversou com Garibaldi sobre Plano Plurianual



Os prefeitos do Piauí foram acompanhados na audiência pelo senador Hugo Napoleão

## Prefeitos apóiam programa contra pobreza

Esteve ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, uma comitiva de prefeitos do Piauí, que procuraram o senador para agradecer pelo lançamento da proposta de criação de um programa para combate e erradicação da

pobreza. O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) acompanhou o grupo.

No encontro, os prefeitos aproveitaram para transmitir a Antonio Carlos suas preocupações com as tentativas de incluir no pleito do próximo ano as exigências de de-

sincompatibilização para os prefeitos que sejam candidatos à reeleição, antecipando para as eleições do ano 2000 regras da reforma política que estavam sendo cogitadas apenas para valer a partir da disputa de 2002.

# Alcântara elogia projeto do governo, mas com a inflação sob controle

Senador do PSDB do Ceará acredita que metas anunciadas na terça-feira poderão ajustar necessidade de retomar desenvolvimento com a estabilidade econômica



Para Marina, medidas não podem ser "atropeladas na primeira esquina pela economia"

## Marina quer ver cumpridas metas do PPA

A senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou ontem garantias do governo de que os investimentos sociais previstos no Plano Plurianual (PPA) serão efetivamente realizados. "Não podemos mais nos conformar em ver o Estado falando muito e fazendo tão pouco."

Para Marina, o governo precisa aprender com "a voz rouca das ruas" e realmente tomar medidas para atender às reivindicações de emprego, moradia, alimentação. "É imprescindível acabar com esse cenário: a cada situação difícil que o governo enfrenta, ele apresenta um plano com mil promessas, sem se preocupar com o efetivo cumprimento das metas previstas."

A senadora pelo Acre disse que o PPA foi rebatizado porque já se chamou "Brasil em Ação" e perguntou se algo realmente mudou no país, em função desse plano. "Certamente algumas obras previstas foram executadas, mas estou convicta de que a maioria simplesmente passou de um papel para o outro."

Segundo Marina, o que os brasileiros desejam é uma segurança mínima na ação política. "A sociedade quer garantias de que os investimentos sociais não serão destroçados na primeira esquina pela economia." A líder da oposição criticou as alegações do governo, de que 'razões de mercado' impedem os investimentos sociais. Para ela, os cortes obedecem, muitas vezes, a exigências externas:

— A grande festa que o governo armou no Planalto, para anunciar o PPA, sugere uma visão de homens engravados empurrando o Brasil para diante, sem se preocupar em saber se há um precipício adiante. Foi assim em janeiro, quando o câmbio foi mudado. Há tempos se dizia que a providência era necessária, mas o governo continuou em frente. Somente tomou essa decisão quando o Brasil começou a despencar ladeira abaixo — analisou.

O lançamento na última terça-feira do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) pelo governo federal foi saudado ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele acredita que as metas anunciadas poderão adequar a necessidade de manter a estabilidade da economia e de se retomar o desenvolvimento:

— Não podemos voltar aos tempos difíceis da inflação — alertou o senador.

Segundo Lúcio Alcântara, o PSDB está acompanhando atentamente a discussão sobre os rumos da economia. Citando o governador do Ceará, Tasso Jereissati, Alcântara disse haver

no partido um questionamento sobre a adequação do modelo de administração macroeconômica atualmente adotado pelo governo.

"Até as agências internacionais de crédito responsáveis pelas políticas de ajuste implantadas em países como o Brasil estão abandonando o receituário que comumente causa retração econômica", assinalou Alcântara. O senador informou que o PSDB realiza hoje um debate com economistas, como o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, tentando encontrar saídas para que o país volte a se desenvolver sem descuidar da estabilidade da moeda.



Alcântara disse que existem no PSDB questionamentos sobre o modelo econômico do governo

## Saturnino cobra planos do primeiro mandato

"O presidente teria sido mais convincente se tivesse feito um relato do que aconteceu com o Plano Plurianual do seu primeiro governo", afirmou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ao comentar a solenidade em que Fernando Henrique Cardoso lançou o PPA 2000-2003. "O plano do primeiro governo foi cumprido apenas pela metade e obviamente não interessava ao governo falar disso", afirmou o senador.

Roberto Saturnino informou ao plenário que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em jantar com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, na noite de terça-feira, garantiu que o governo não mudará sua política econômica, "apesar das pressões dos desenvolvimentistas e do resultado da Marcha dos 100 Mil a Brasília":

— O ministro disse que não concorda que seja criada uma bolha falsa, artificial, efêmera, de crescimento. Discordamos do ministro. Falsa foi a ân-



Saturnino criticou decisão de prorrogar aumento da alíquota do Imposto de Renda

cora do real baseada num câmbio insustentável. Malan diz que o governo não cederá às pressões de governadores, mas parece que dentro da própria base do governo há muita gente que não acredita nisso — continuou Roberto Saturnino.

O senador pelo Rio de Janeiro criti-

cou a decisão do governo, anunciada junto com o PPA e o Orçamento do ano que vem, de prorrogar o aumento da alíquota do Imposto de Renda das pessoas que ganham mais de R\$ 1.800,00 (de 25% para 27,5%). Para ele, o governo deveria ter taxado os mais ricos, ao invés de sacrificar a classe média. Roberto Saturnino condenou os gastos do governo com juros da dívida pública, que este ano passaram de R\$ 70 bilhões:

— Todo mundo percebeu que a solenidade, o tom festivo do lançamento do PPA se destinou apenas a melhorar um pouco os índices de popularidade do presidente Fernando Henrique. No entanto, pelo tom do ministro da Fazenda, na verdade a atual política econômica vai continuar, para atender o FMI — observou o senador.

Em aparte, Eduardo Suplicy informou que o ministro comprometeu-se a visitar uma frente de trabalho de flagelados na Paraíba, a convite do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

## Adiado de novo depoimento de Everardo Maciel

O depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, na CPI do Sistema Financeiro foi adiado de hoje para a próxima semana. Ele foi convocado para apresentar anteprojeto de lei destinados a fechar brechas legais usadas por empresas para reduzir o Imposto de Renda a pagar.

Ao depor à CPI, em 20 de maio, Everardo Maciel revelou que, das 530 maiores empresas brasileiras, metade não pagou Imposto de Renda no ano passado, usando essas mesmas brechas legais. Os senadores pediram, então, ao secretário que preparasse anteprojeto de lei que obrigasse todas as empresas a pagar imposto, mas até o início de agosto ele nada remeteu à CPI. Por isso, ele foi reconvocato a apresentar a documentação.



Embaixador José Nogueira Filho lembrou histórico de boas relações entre os dois países

## CRE aprova novo embaixador do Brasil em Israel

Em reunião presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem por unanimidade o nome do ministro de primeira classe José Nogueira Filho para embaixador do Brasil em Israel. A mensagem presidencial de indicação será submetida ainda à deliberação do plenário do Senado.

Na exposição aos senadores, José Nogueira Filho abordou as relações entre o Brasil e Israel — além do Estado Palestino — lembrando que nossas relações diplomáticas com o Estado hebreu remontam aos primeiros dias de sua criação, em 1948.

O diplomata anunciou que está prestes a ser assinado acordo entre Brasil e Israel para a supressão de vistos em passaportes comuns, "refletindo o elevado grau de confiança e entendimento entre os dois países".

## Ademir: juros consomem mais que obras

O governo anunciou "com toda pompa a intenção de gastar bilhões na área social nos próximos anos" mas, na prática, está segurando as verbas sociais do Orçamento deste ano e gastando acima do previsto com juros, denunciou o senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Conforme o senador, o Orçamento de 99 prevê que serão gastos R\$ 50,1 bilhões no pagamento de juros da dívida pública mas,



Ademir: governo vai gastar R\$ 50 bilhões com juros da dívida

na verdade, o governo liberou mais que a metade disso no primeiro semestre — exatos 56,9%.

No entanto, do dia 1º de janeiro até 9 de junho não havia liberado nem um centavo para programas de eletrificação rural, controle da dengue e da doença de Chagas, obras de desenvolvimento urbano e infra-estrutura do SUS, conforme dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) apresentados por Ademir Andrade. Ainda segundo o sena-

dor, as liberações de verbas para reforma agrária, construção de redes de esgotos e de redes de água não chegaram nem a 2%.

Ademir Andrade alertou que o governo anunciou, junto com o PPA, dois aumentos de impostos, cujas alíquotas foram aprovadas pelo Congresso para terminar neste semestre — o Imposto de Renda das pessoas físicas (de 25% para 27,5%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas (de 8% para 12%):

— Quando se fala no Congresso em criar o imposto para combater a pobreza, o governo diz que não pode, que a carga tributária do brasileiro é a maior do mundo.

## Devolução do IR em 60 dias retorna à pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião hoje, às 10h, para tratar, entre outros projetos, da votação, em turno suplementar, da proposta que fixa o prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte. De acordo com a proposta, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), já aprovada na CAE na terça-feira, a restituição deverá ser feita em até 60 dias após a entrega da respectiva declaração.

Outra matéria a ser analisada em turno suplementar é o projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que transfere a gestão dos recursos do Fundo do Centro-Oeste, atualmente atribuída ao Banco do Brasil, para o Banco de Brasília (BRB). O projeto acrescenta um parágrafo à Lei nº 7.827, de 1989, que regulamenta dispositivo constitucional sobre a instituição dos fundos regionais, como Finor, Finam, FNE e FCO. A reunião da CAE se dará na Ala Senador Alexandre Costa.

## Técnicos do Ipea falam sobre combate à pobreza

A Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais ouvirá hoje sete técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As audiências terão início às 14 horas e devem trazer informações para que a comissão apresente soluções legislativas destinadas a erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

## Comissão de Orçamento aprecia crédito de R\$ 187,5 milhões

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reúne-se hoje, para apreciar projeto que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União no valor de R\$ 187,5 milhões, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, dos Transportes e do Meio Ambiente, para investimentos na indústria do petróleo, no Porto de Santos e para o zoneamento de áreas de proteção ambiental.

Na mesma reunião, a comissão vota crédito especial para a Companhia Docas do Rio de Janeiro até o limite de R\$ 1,166 milhão.

# CPIs poderão ser fortalecidas

Emenda constitucional aprovada ontem por unanimidade pela CCJ prevê a possibilidade de “quebra direta” de sigilo bancário e telefônico dos investigados, sem autorização de juiz togado

Proposta de emenda constitucional que dá mais poderes a comissões parlamentares de inquérito (CPIs) foi aprovada ontem, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), com mudanças incluídas pelo relator, Amir Lando (PMDB-RO), mediante substitutivo, a proposta garante às CPIs o poder de “quebra direta” do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados e a busca e apreensão de documentos.

Atendendo a sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), vai encaminhar a matéria ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que seja votada o mais rápido possível. A proposta precisa passar por dois turnos de discussão e votação no plenário da Casa, para então ser enviada à Câmara dos



Jefferson Péres

Deputados.

– Precisamos dar uma resposta ao Supremo Tribunal Federal – disse Simon, referindo-se ao episódio das liminares daquela corte que restringiram o poder de investigação das CPIs do Sistema Financeiro e do Poder Judiciário.

Uma das mudanças introduzidas por Amir Lando foi incluir a expressão “quebra direta” (sem a autorização de juiz togado), quando a proposta de Jefferson falava genericamente em quebrar o sigilo dos investigados.

– O substitutivo ficou melhor que a minha proposta – elogiou Jefferson.

O substitutivo evitou conferir às CPIs o direito de bloquear bens de investigados, visto que esta é uma atribuição de quem julga e condena. O relator manteve do texto de Jefferson a idéia de enfatizar que todos são obrigados a depor nas CPIs, “inclusive qualquer integrante dos Poderes da República”.

## CCJ decide limitar o acesso de pequenos partidos à TV

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de lei do senador José Agripino (PFL-RN) que limita o acesso ao tempo de rádio e televisão para partidos que não alcancem, no mínimo, 5% dos votos e, em pelo menos um terço dos estados, 2% dos votos. O substitutivo incorporou emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para permitir que os partidos que não conseguiram aqueles percentuais unam-se em federações partidárias e – desde que em conjunto atinjam esse desempenho – participem da distribuição das verbas e do horário gratuito, dentro das regras vigentes para as legendas nacionais.

Esse projeto de lei faz parte da reforma política e, como foi aprovado em caráter terminativo, seguirá para apreciação dos deputados, exceto se houver recurso de um décimo dos senadores para que seja submetido ao plenário do Senado.

Lobão alterou a proposta inicial de Agripino, que vedava o acesso à propaganda gratuita aos partidos que não atendessem aos requisitos acima. Para o relator, a iniciativa afrontava a Constituição, que assegura acesso ao horário gratuito a qualquer partido. Assim, Lobão definiu que um décimo do tempo global destinado à propaganda elei-



Edison Lobão

toral de rádio e TV será distribuído equitativamente entre todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o restante, dividido proporcionalmente entre as legendas que tenham representantes na Câmara dos Deputados.

Atualmente, a divisão do horário gratuito entre os partidos é feita de acordo com resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determina que um terço do tempo seja dividido de forma igualitária entre os partidos e os outros dois terços, proporcionalmente ao número de deputados federais das agremiações.

Em seu parecer, Lobão defendeu a associação dos partidos em federações. Segundo Valadares, a medida tem a finalidade de permitir que partidos históricos, principalmente os de esquerda, possam continuar existindo com acesso aos mesmos direitos oferecidos aos partidos que atinjam o desempenho definido em lei. Pela proposta, “a federação deve atuar nacionalmente, inclusive na atividade parlamentar, como se fosse uma única agremiação partidária, com a garantia da preservação da identidade e da autonomia dos partidos que a integram”.

Uma outra emenda de Valadares, que pretendia permitir coligações para as eleições proporcionais no pleito municipal do ano que vem, foi rejeitada por Lobão.

## Inelegibilidade de senador em meio de mandato gera debate

Um senador no meio de seu mandato pode ou não concorrer a um novo mandato de oito anos no Senado? Essa pergunta gerou ontem uma longa discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Quase todos os senadores que participaram do debate manifestaram-se favoravelmente à inelegibilidade no meio do exercício do mandato, mas o projeto que trata do assunto acabou sendo retirado de pauta para aprimoramento da redação.

A proposição foi apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e obteve voto favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Para o relator, a possibilidade da reeleição no meio de mandato permite que o senador concorra sem riscos, já que, se perder, ainda tem quatro anos de mandato. Se ganhar, tem um novo mandato de oito anos, conferindo a seu suplente – que não recebeu votos – quatro anos de mandato.

– Com efeito, a ampliação do elenco de inelegibilidades para também abranger a hipótese do senador em meio de mandato, vedando a candidatura ao mesmo cargo, contribui

para a lisura e moralidade do pleito, coibindo situação antiisonômica – escreveu o relator, justificando seu voto.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sugeriu que a expressão “no meio do mandato” fosse substituída por “no exercício do mandato”, no intuito de obrigar aquele que quiser concorrer a um novo pleito durante o mandato a renunciar antes da eleição. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou, entretanto, que essa troca inviabilizaria a reeleição dos senadores em final de mandato, com o que concordou Dutra.

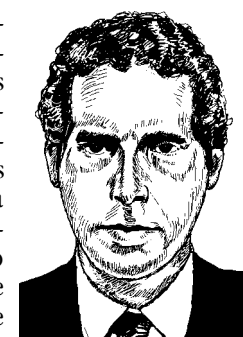
O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), então, sugeriu ao relator que retirasse de pauta o projeto, para que se chegasse a uma nova redação que não permitisse dúvidas ou interpretações dúbias. Álvaro concordou em retirar de pauta o projeto, para apresentá-lo novamente na próxima reunião ordinária da CCJ. O relator comprometeu-se a ouvir o autor do projeto antes de apresentar o novo texto. O senador Edison Lobão (PFL-MA) foi o único a manifestar-se contra essa nova proposta de inelegibilidade, que, para ele, não faz sentido.

## Remanescentes de quilombos terão propriedade de terras

Parecer favorável a proposta de emenda constitucional que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e outros senadores, a matéria foi relatada favoravelmente pelo senador José Fogaça (PSDB-RS). Segundo Alcântara, a apresentação da proposta faz justiça ao ex-senador Abdias Nascimento, que apresentara projeto semelhante.

A CCJ aprovou pareceres favoráveis a mais 17 matérias da pauta – o projeto das CPIs foi apreciado como item extrapauta – num esforço para encaminhar ao plenário projetos há muito tempo em tramitação.

Entre esses projetos está o de autoria do deputado Jarbas Lima, relatado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que torna mais simples o processo de notificação judicial:



José Fogaça

basta que um adulto (não necessariamente o que se busca notificar) encontrado no endereço receba a notificação do oficial de justiça.

Outro projeto de interesse no dia-a-dia da comunidade, e que recebeu parecer favorável, é o que dispõe sobre a redução de despesas cartorárias com as escrituras públicas e os

registros imobiliários para a aquisição de imóveis construídos pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda. A proposta é de autoria do deputado Marcelo Barbieri, relatada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Também obteve parecer favorável da CCJ projeto que visa evitar o pagamento de indenização milionária em processos de reforma agrária, do deputado Feu Rosa, relatado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), e diversos projetos de resolução suspendendo execução de dispositivos de leis declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. As matérias vão agora ao plenário.



# CAS debaterá uso de recursos do FGTS na educação

Diretores da Caixa Econômica e técnicos do governo discutirão com os parlamentares a viabilidade de destinar parte da arrecadação do Fundo de Garantia à quitação do crédito educativo e ao pagamento de anuidades escolares

## Hartung propõe benefício para estimular o primeiro emprego

Com o objetivo de contribuir para a redução dos altos índices de desemprego no país, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) apresentou um projeto que incentiva as empresas a contratarem trabalhadores inexperientes que estejam procurando o primeiro emprego. O projeto institui duas formas de incentivo: a redução, pela metade, das alíquotas dos encargos sociais e o repasse de uma bolsa de experiência profissional às empresas que empregarem pessoas entre 18 e 24 anos que nunca tenham trabalhado com carteira de trabalho assinada e que estejam cadastradas como solicitantes de emprego no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Os contratos devem ter 12 meses, e a empresa que demitir o funcionário sem justa causa e antes do prazo estabelecido deverá devolver a bolsa e recolher a contribuição social retroativamente. As contratações previstas no projeto somente poderão ocorrer se suas vagas significarem acréscimo no número de empregados da empresa e não representarem mais de 20% do número de trabalhadores.

A redução dos encargos sociais deverá recair sobre a contribuição das empresas para o chamado "sistema S" — Senai, Sesi, Sesc e Senac, entre outros — e sobre o salário-educação, o que, na estimativa de Hartung, representará uma diminuição de 3% no custo da mão-de-obra jovem e não deverá desfalcar os já escassos



Paulo Hartung acredita que o seu projeto pode contribuir para a redução do desemprego

recursos da seguridade social. A bolsa de aprendizagem profissional, que será de um terço do valor mínimo do seguro-desemprego, estará incluída nas ações de qualificação profissional previstas no Programa de Seguro-Desemprego, e será financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de acordo com o projeto.

A proposta foi enviada à Comissão de Assuntos Sociais, onde será relatada por Luiz Pontes (PSDB-CE), e ainda deverá ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa. Caso seja aprovado, segundo Paulo Hartung, o projeto poderá reduzir as taxas de desemprego a curto e médio prazos, uma vez que o trabalhador que ganhar experiência por meio do incentivo terá mais condições de continuar empregado.

A Comissão de Assuntos Sociais deverá promover uma série de debates com diretores da Caixa Econômica Federal, técnicos dos ministérios da Fazenda e da Educação e membros do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com o objetivo de analisar a viabilidade da utilização de recursos do FGTS para pagamento de anuidades escolares e quitação do crédito educativo, conforme prevêem quatro projetos que se encontram na comissão para serem votados em caráter terminativo.

A idéia partiu do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que se disse preocupado com possíveis desvios dos recursos do FGTS. Mesmo reconhecendo o mérito das proposições e o seu alcance social, Jucá entende que a sua aprovação poderia "até quebrar" o Sistema Financeiro da Habitação. Ele lembrou que o SFH foi montado a partir do FGTS, que é a maior fonte de recursos para a construção de moradias e para o saneamento básico. "Se o sistema for desestabilizado, o desemprego poderá aumentar", teme Jucá.

—O tema deve merecer profundos debates, uma vez que os projetos quebram



Na reunião da CAS, vários senadores defenderam o redirecionamento dos recursos do FGTS

a concepção original do Fundo de Garantia. Não se pode cobrir um santo e descobrir outro — salientou Romero Jucá ao pedir vistas dos projetos, com o apoio de Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Os projetos que possibilitam a movimentação da conta do trabalhador para pagamento de gastos com o ensino médio e superior e a quitação do crédito educativo são de autoria de Ramez Tebet (PMDB-MS), Álvaro Dias (PSDB-PR), Luiz Estevão (PMDB-DF) e Luzia Toledo (PSDB-ES). O relator, Paulo Hartung (PSDB-ES), manifestou-se a favor da aprovação das matérias.

Ele lembrou que os recursos do FGTS poderiam garantir a permanência de alunos nas escolas, principalmente nas faculdades pagas, além de permitir que muitos universitários possam concluir

os cursos. Para Hartung, os projetos abrem debate em torno do FGTS e dos reais propósitos do benefício, "que na realidade é do próprio trabalhador".

Álvaro Dias disse que entre 30% e 40% dos estudantes que cursam faculdades abandonam os cursos por absoluta falta de condição de pagar as mensalidades, via de regra caras. Ele estranha que o governo fique insensível ao problema.

Luzia Toledo também defendeu a aprovação dos projetos afirmando que os técnicos não têm capacidade para analisar as questões sociais, como a educação, que é considerada no mundo todo como prioritária. Marluce Pinto (PMDB-RR) e Antero de Barros (PSDB-MT) também defenderam a aprovação das matérias assim que elas voltem à pauta da comissão.

## Aprovada criação de conselhos de técnicos agrícolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovou ontem, por unanimidade, projeto em caráter terminativo que cria o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e os respectivos conselhos regionais. A matéria será examinada pela Câmara dos Deputados.

O projeto, de autoria de José Fogaça (PMDB-RS), recebeu parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), que acrescentou três emendas à proposta original. De acordo com a proposta, a partir da criação do conselho dos técnicos agrícolas, o Conse-

lho Federal e os conselhos regionais de Engenharia e Arquitetura deverão suspender toda a cobrança de dívidas daqueles profissionais e, no prazo de três meses, transferir para o novo conselho toda a jurisdição, cadastro, dados e documentos a eles relativos.

Simon disse que o projeto é importante, pois reconhece o trabalho dos técnicos agrícolas, ao mesmo tempo em que contribuirá para a melhoria da agricultura. Também manifestaram-se a favor do projeto Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Marluce Pinto (PMDB-RR), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Moreira Mendes

(PFL-RO), Geraldo Althoff (PFL-SC), Emilia Fernandes (PDT-RS), Sebastião Rocha (PDT-AP), Paulo Hartung (PSDB-ES) e Heloísa Helena (PT-AL).

José Fogaça explicou que o projeto tem por objetivo "sanar definitivamente essa situação desconfortável dos técnicos agrícolas, cuja categoria, estimada em 200 mil profissionais, trabalha no setor agropastoril pela geração do bem-estar social da sociedade brasileira". Em seu parecer, Simon destacou que a criação dos conselhos não acarretará qualquer custo aos cofres públicos e que eles darão maior autonomia aos profissionais.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica natural  
7h30 — *Especial Unip* — Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: A morfina  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador João Alberto fala sobre projeto de combate aos cheques sem fundos  
9h — *Debate* — O senador Sebastião Rocha e o médico Laércio Valência falam do câncer de pulmão causado pelo tabagismo  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
14h — Comissão da Pobreza (ao vivo)  
20h30 — *Entrevista* — O senador João Alberto fala sobre projeto de combate aos cheques sem fundos  
21h — *Jornal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*  
21h30 — *Debate* — O senador Sebastião Rocha e o

médico Laércio Valência falam do câncer de pulmão causado pelo tabagismo  
22h30 — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

## Ministro não vai a comissão e provoca protestos de senadores

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias, reclamou do não-comparecimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, à audiência pública que seria realizada ontem na comissão, a partir das 9h. Segundo o senador, esta foi a quinta vez consecutiva que um ministro do Planejamento deixou de comparecer à CAS.

Na audiência pública, o ministro falaria sobre a rede de proteção soci-

al e os recursos de combate à pobreza, que estariam sendo aplicados no pagamento dos juros da dívida pública. Parte desses recursos, de US\$ 2,2 bilhões, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fizeram parte do acordo global do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), lembrou Osmar Dias. A vice-presidente da comissão, senadora Heloísa Helena (PT-AL), de quem partiu a iniciativa da audiência, também criticou a ausência do ministro.



Osmar reclamou da ausência de Tavares



Heloísa propôs o convite ao ministro

# Maggi se despede com elogios ao Congresso

Suplente de Jonas Pinheiro deixa mandato assegurando que reformulou crenças equivocadas sobre o Poder Legislativo e os políticos. Para ele, “são brasileiros normais que se esforçam muito para resolver problemas do país”

## Suplicy pede readmissão de jornalista da Rádio CBN

Em nome da liberdade de expressão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo ontem à Rádio CBN de Brasília para que readmita o jornalista Valdeci Rodrigues. Segundo Suplicy, o jornalista foi demitido da rádio em virtude de pressões do Banco do Brasil, depois de entrevistar um produtor rural, que, durante manifestação dos ruralistas, denunciou esquema de corrupção para a obtenção de empréstimos. O senador pediu à direção do banco e ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que façam uma reflexão sobre o episódio.

O senador disse que a entrevista foi veiculada por três dias e o repórter passou a receber telefonemas do assessor de imprensa do Banco do Brasil reclamando da matéria. De acordo com Suplicy, Valdeci resolveu também divulgar as pressões que recebeu do assessor de imprensa, sendo em seguida demitido pela emissora.



Suplicy afirmou que demissão ocorreu por pressões do Banco do Brasil junto à emissora

O senador solicitou que nota oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal em defesa do jornalista constasse dos Anais do Senado. A nota considera a demissão do profissional “um atentado à liberdade de expressão, garantida pela Constituição da República, como também um ato de desacato ao Código de Ética”.

## Quintanilha quer recursos para a Belém-Brasília

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestou ontem a esperança de que a malha rodoviária brasileira seja beneficiada na proposta orçamentária para o ano 2000, enviada pelo governo na terça-feira ao Congresso Nacional. Ele chamou a atenção principalmente para o estado da rodovia Belém-Brasília, a BR-153.

O senador, que lembrou a importância da rodovia para o escoamento

de produtos para várias regiões, principalmente o Centro-Oeste e o Norte, disse que a assistência tem-se restringido à pista de rolamento, ficando a sinalização, o acostamento e a faixa de segurança sem nenhuma manutenção. Conforme o senador, isso tem transformado a estrada “em uma grande armadilha”, principalmente no período noturno, quando os acidentes se multiplicam.

Como representante do Tocantins, Quintanilha fez um apelo ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que tome providências visando recuperar o trecho entre as cidades de Talismã e Alvorada, no seu estado. Ele pediu também que o ministro determine a criação de um distrito do DNER no Tocantins, já que atualmente é o órgão sediado em Goiás que jurisdiciona a região.

O senador sustentou que seria importante para as regiões Centro-Oeste e Norte a mudança da matriz de transporte do país, com a implantação das hidrovias Araguaia-Tocantins e da ferrovia Norte-Sul, o que terminaria com a exclusividade da BR-153.



Quintanilha apelou ao governo para recuperar trechos muito danificados na BR-153

Ao se despedir do Senado ontem, depois de ter exercido o mandato por 121 dias, o senador Blairo Maggi (sem partido-MT), suplente de Jonas Pinheiro (PFL), afirmou que a experiência serviu para que reformulasse várias crenças erradas que tinha do Congresso e dos políticos em geral. Jonas Pinheiro esteve licenciado para tratamento de saúde:

— Como boa parte dos homens comuns, achava que o Brasil demorava para resolver seus problemas e aprovar leis e reformas importantes porque o Congresso não trabalhava. Agora sei que deputados e senadores se esforçam muito. Se as soluções tardam, é porque o Executivo “não puxa o carro” com a intensidade devida. Quando o faz, as reformas acontecem — ressaltou.

Para Blairo Maggi, o brasileiro comum está convencido de que os deputados e senadores ganham muito dinheiro. “Pode ser que o Congresso como um todo pese no orçamento do país, mas certamente o congressista ganha pouco, muito aquém de suas necessidades de fazer política em Brasília e em terra natal”, disse.



Blairo Maggi recebeu apartes de 14 senadores, que destacaram sua atuação independente

O senador por Mato Grosso afirmou ainda que quem não é político pensa que deputados e senadores são uma casta privilegiada, diferente do resto dos brasileiros. “Pela simplicidade e altruísmo com que me receberam, posso atestar que os congressistas são brasileiros normais. Quero agradecer a sinceridade e amizade que me dedicaram, e garantir que terão em mim, sempre, um defensor do Congresso e de seu bom trabalho.”

Em apartes, os senadores Pedro



Presidida pelo senador Freitas Neto, Comissão de Educação também aprovou ontem projeto que cria Dia Nacional da Doação de Órgãos

## Comissão aprova proteção para fosséis brasileiros

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem em caráter terminativo projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta a proteção do patrimônio fóssil brasileiro. O projeto prevê fiscalização contra o comércio ilegal e o contrabando e a obrigatoriedade de autorização oficial para a exploração de sítios de fosséis. Não havendo recurso para exame pelo plenário, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados. Lúcio Alcântara também viu ser aprovado outro projeto seu, o que institui o Dia Nacional da Doação de Órgãos. O senador foi o autor da lei que regulamenta a doação de órgãos.

A CE, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também aprovou em caráter terminativo projeto de lei do se-

rador Edison Lobão (PFL-MA) que disciplina a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. As polícias civil, militar, federal, rodoviária e ferroviária passam a ter o estudo dos direitos humanos como disciplina obrigatória na formação policial, com a aprovação terminativa de projeto de lei da ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados poderão ter suas fotos publicadas nos meios de comunicação e de transporte, além de as rádios dedicarem pelo menos dois minutos de sua programação diária à divulgação sobre menores desaparecidos. Para isso, a CE aprovou terminativamente projetos de lei da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Simon (PMDB-RS), Jefferson Péres (PDT-AM), Tião Viana (PT-AC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Saturnino Braga (PSB-RJ), Agnelo Alves (PMDB-RN), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Álvaro Dias (PSDB-PR), Ernandes Amorim (PPB-RO), Antero de Barros (PSDB-MT) e Ramez Tebet (PMDB-MS) destacaram a atuação independente de Maggi e sua contribuição nas atividades do Senado. Ele deixa seis projetos de lei a serem apreciados.

Também em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) louvou a coragem de Blairo Maggi em reconhecer que a remuneração dos congressistas é baixa e insuficiente. Segundo Nabor Júnior (PMDB-AC), não somente o parlamentar ganha pouco, como também o Congresso pesa pouco no orçamento do país, 0,24%, incluindo Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União (TCU).

Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) associou-se à homenagem a Blairo Maggi, saudando a volta do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), também presente aos trabalhos.

## Moreira diz que turismo gera muitos empregos

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou ontem em plenário a realização, na segunda e terça-feiras, do 12º Congresso Internacional de Gastronomia, Hospedagem e Turismo, patrocinado pela Confederação Nacional do Turismo e



Moreira: congresso de gastronomia debate empregos

pela Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo. Realizado em São Paulo, o congresso teve como tema principal “O Turismo Econômico e Social no Terceiro Milênio”, assunto que leva em conta a grave questão do desemprego:

— A indústria do turismo proporciona geração rápida de emprego e agregação de renda, sem grandes investimentos do setor público e sem exigência de grandes investimentos na formação de mão-de-obra — disse Moreira Mendes, que pediu vontade política às autoridades federais, estaduais e municipais para tornar o turismo a grande alavanca para o desenvolvimento.